

RESOLUÇÃO CERH Nº 18, 27 DE DEZEMBRO DE 2018  
DOE Nº 33.770, DE 31/12/2018.

Dispõe sobre as diretrizes de elaboração do Plano Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos.

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO PARÁ E PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH DO PARÁ**, no uso das atribuições legais, conferidas nos termos do §1º do art. 2º F, da Lei Estadual Nº 5.752, de 26 de julho de 1993 (Alterada pelas Leis Estaduais nº 7.026/07, 8.096/15 e 8.633/18);

CONSIDERANDO que a Política Estadual de Recursos Hídricos do Pará, devidamente instituída pela Lei Estadual nº 6.381/2001, tem dentre os instrumentos a capacitação, desenvolvimento tecnológico e educação ambiental, direcionados a utilização e gestão de recursos hídricos e que a norma estabelece a necessidade de elaboração de programas de capacitação Estadual;

CONSIDERANDO a Resolução nº 07/2008 do CERH que dispõe sobre a Capacitação, Desenvolvimento Tecnológico e Educação Ambiental em Recursos Hídricos, que estabelece a necessidade de elaboração de programas de capacitação que atendam órgãos e instituições que atuem na gestão de recursos hídricos;

CONSIDERANDO as Normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR ISO 10.015/2001, que versam sobre Gestão da Qualidade - Diretrizes para treinamento como estratégia para melhorar o desempenho das organizações, apontando as etapas constituintes de um processo de treinamento planejado e sistemático;

CONSIDERANDO os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS da Organização das Nações Unidas (ONU), em especial o de nº 6 que indica o dever de “assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água para todos” até 2030;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, que regem a atuação da Administração Pública, em especial o da legalidade e publicidade,

RESOLVE:

CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente resolução visa instituir diretrizes de elaboração do Plano Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos.

Art. 2º O Plano abrangerá ações voltadas ao levantamento, planejamento, implementação e avaliação continuada de atividades, cursos de formação e capacitação, com o objetivo de aperfeiçoar a gestão de recursos hídricos no Estado do Pará, bem como promover a qualificação dos entes com atuação na área, para exercerem de forma plena suas atribuições com utilização de

modelo de gestão por competências, possibilitando o avanço na implementação efetiva desta Política no Estado.

Art. 3º Para efeitos desta norma entende-se por:

I - Competência: aplicação do conhecimento, habilidades e comportamento.

II - Treinamento, capacitação e formação: Ocasão em que serão preenchidas as lacunas de competência, isto é, as diferenças entre a competência existente e a requerida pelos entes com atuação na área de recursos hídricos.

## CAPÍTULO II DO PLANO ESTADUAL DE CAPACITAÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS

Art. 4º O Plano Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos será desenvolvido pelo Órgão Gestor de Recursos Hídricos, podendo envolver entes públicos e privados por meio de celebração de parcerias, convênios e contratações.

Parágrafo único. O Plano Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos contará com apoio e acompanhamento da Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH e da Câmara Técnica de Capacitação e Educação Ambiental em Recursos Hídricos - CTCEAR.

Art. 5º O Plano Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos, em consonância com as orientações da Norma Técnica NBR ISO 10.015/2001, terá o desenvolvimento pautado pelas etapas constituintes de um processo de capacitação planejado e sistemático, consistindo nas seguintes etapas:

I - etapa 1: identificação e análise das necessidades de capacitação dos entes que atuam na área de recursos hídricos com base em mapeamento de competências;

II - etapa 2: planejamento e estruturação do plano;

III - etapa 3: execução do plano;

IV - etapa 4: avaliação dos resultados.

Parágrafo único. Todas as etapas de desenvolvimento do Plano Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos deverão ser monitoradas pelo Órgão Gestor e pela Câmara Técnica de Capacitação e Educação Ambiental do CERH, como forma de identificar e planejar os pontos a serem aprimorados no processo contínuo de capacitação dos entes que atuam na área de recursos hídricos.

## CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS E DIRETRIZES

Art. 6º São objetivos do Plano Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos:

I - aprimorar e preencher lacunas de competências dos entes com atuação na área, promovendo a disponibilização de ferramentas para capacitação;

II - difundir de forma organizada e contínua as iniciativas de capacitação e formação voltadas à gestão de recursos hídricos;

III - aprimorar a eficiência, eficácia e efetividade no planejamento e gestão de recursos hídricos;

IV - apoiar e fortalecer os entes com atuação na área de recursos hídricos;

V - racionalizar e dar efetividade à aplicação de recursos com capacitação.

Art. 7º O Plano Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos será norteado pelas seguintes diretrizes:

I - promover estratégias voltadas a atender as necessidades de capacitação das instâncias executivas, colegiadas e técnicas que atuam na área;

II - fomentar a participação de representantes das instâncias, no processo de levantamento das demandas, planejamento e avaliação das iniciativas deste Plano;

III - promover iniciativas de capacitação para os entes, com potencial para serem multiplicadas e realizadas de modo contínuo;

IV - estabelecer e fortalecer a cooperação com órgãos públicos e outras instituições que atuam na área de capacitação e fortalecimento das parcerias já existentes, como modo de viabilizar este Plano;

#### CAPÍTULO IV DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Art. 8º As ações do Plano Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos deverão estar em consonância com o Plano Estadual de Recursos Hídricos e considerar no mínimo:

I - Competências a serem desenvolvidas e aprimoradas pelos entes com atuação na área dos recursos hídricos:

a) Funcionamento dos Colegiados e demais entes com atuação na área dos recursos hídricos;

b) Planos de Recursos Hídricos, Classificação e Enquadramento de corpos d'água;

c) Gestão administrativa e financeira, gestão do planejamento estratégico e gestão da informação em recursos hídricos;

d) Gestão de Recursos Hídricos em áreas especiais, tais como zonas costeiras e unidades de conservação;

e) Cobrança pelo uso dos recursos hídricos e outorga de direito de uso de recursos hídricos;

f) Relatórios de Situação de Recursos Hídricos;

- g) Educação Ambiental com foco em recursos hídricos, comunicação e mobilização social;
- h) Mediação e arbitragem de conflitos;
- i) Segurança, regulação e fiscalização de barragens e segurança hídrica;
- j) Monitoramento, controle, fiscalização de uso dos recursos hídricos e monitoramento hidrológico (qualitativo e quantitativo);
- k) Prevenção e Mitigação de eventos hidrológicos críticos;
- l) Interface dos instrumentos da Política de Recursos Hídricos com o licenciamento ambiental;
- m) Sistemas de aproveitamento de água da chuva;
- n) Supervisão e integração dos instrumentos da política estadual;
- o) Articulação com políticas setoriais;
- p) Atuação Integrada;
- q) Liderança, Gestão de Pessoas e Excelência no trabalho;
- r) Organização de eventos;
- s) Orientação para inovação;

II - Conteúdos relacionados aos conhecimentos necessários ao desenvolvimento das competências para atendimento das atribuições dos entes com atuação na área dos recursos hídricos:

- a) Legislação;
- b) Governança, Comunicação e Participação Social;
- c) Hidrologia e Qualidade da Água;
- d) Usos múltiplos da água;
- e) Resíduos sólidos;
- f) Sistemas Nacional e Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e seus Instrumentos;
- g) Mudanças climáticas e biodiversidade;
- h) Integração de Políticas Públicas;
- i) Planos, Programas e projetos afetos à gestão de recursos hídricos;
- j) Gestão territorial;

- k) Proteção, conservação e recuperação ambiental;
- l) Uso racional e sustentável da água
- m) Tecnologia da informação, ferramentas tecnológicas, inclusive tecnologias sociais.
- n) Administração e Finanças;
- o) Planejamento Estratégico.

Art. 9º O detalhamento das ações de capacitação dos temas elencados, e outros a serem apontados em levantamento de demandas junto aos entes com atuação na área de recursos hídricos, deverá ser elaborado considerando os diversos níveis de participação nas instâncias colegiadas, executivas e técnicas, em nível estadual, municipal e de Bacia Hidrográfica.

Art. 10. Constituem modalidades de ação a serem realizadas no âmbito do Plano Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos, por meio de parcerias ou externamente ao programa:

- I - cursos de graduação e de pós-graduação em nível superior;
- II - cursos ou treinamentos presenciais teóricos;
- III - oficinas de trabalho: encontros para debate, construção e resolução de questões relativas ao trabalho;
- IV - cursos ou treinamentos em laboratório ou em campo;
- V - cursos semipresenciais: cursos com etapas à distância e etapas presenciais;
- VI - cursos à distância com tutoria e sem tutoria;
- VII - visitas orientadas: visitas programadas e outras organizações para conhecer realidades, processos e maneiras diferentes de realizar atividades, com foco na observação e aprendizagem;
- VIII - grupos de estudo e leitura orientada: participação em grupos relacionados à atualização profissional, troca de experiências, ampliação do relacionamento, envolvendo até possibilidade de desenvolver ações conjuntas com recursos compartilhados;
- IX - participação em congressos e seminários: participação em eventos específicos, de curta duração, para debate de temas especializados.

Parágrafo único. São passíveis de integrar o Plano Estadual de Capacitação de Recursos Hídricos, as ações realizadas por instituições diversas, desde que avaliadas como iniciativas que possam contribuir com os objetivos do programa.

## CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. A etapa 1 (um) do processo de elaboração do Plano Estadual de Capacitação de Recursos Hídricos deverá ser iniciada em até 04 (quatro) meses após a publicação dessa Resolução.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor, a contar da data de sua publicação.

Belém/PA, 27 de dezembro de 2018.

**THALES SAMUEL MATOS BELO**

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade  
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Pará

[Ver no Diário Oficial](#)

Este texto não substitui o publicado no DOE nº 33.770, de 31 de dezembro de 2018.